

O golpe dos jaburus: os caminhos do PMDB no golpe de 2016.

The jaburus' coup: The PMDB's paths in the coup of 2016.

Cássio Augusto Guilherme¹

Resumo: Tendo por foco o PMDB e como fonte as edições do jornal *O Estado de S. Paulo*, este artigo discute os fortes indícios de conspiração golpista parlamentar do grupo político liderado por Michel Temer e Eduardo Cunha entre a eleição presidencial de 2014 e a posse de Temer ainda como interino em maio de 2016. Embora haja outros diversos fatores a serem considerados e somados para a explicação completa do golpe de 2016, ao historicizar os caminhos dos peemedebistas e as interpretações do jornal, este texto auxilia nas pesquisas que ora se iniciam.

Palavras-chave: PMDB, golpe, Temer.

Abstract: The proposal's article is to analyze the issues of the *O Estado de S. Paulo* newspaper and it presents the strong indications of the parliamentary coup conspiracy of the political group led by Michel Temer and Eduardo Cunha between 2014, during the presidential election and when happened the inauguration of Michel Temer (PMDB) as interim president in May 2016. Although there are several other factors that should be considered and added to the completely explanation of the coup in 2016, this text helps to understand the historicity of PMDB's paths and the interpretations of the newspaper in the researches that are begging now.

Keywords: PMDB, culp, Temer.

Introdução

Após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff pelo Senado Federal, no ato de posse do presidente interino Michel Temer e seus ministros, chamou atenção a presença apenas de homens brancos engravatados, tendo, a maioria, idade acima de cinquenta anos. As comparações com fotos da época da Ditadura Civil-Militar foram imediatas. Ao lado de Temer, a maioria dos políticos era envolvida em denúncias de corrupção, mas em meses anteriores empunharam a bandeira da moralidade na política enquanto conspiravam abertamente pela tomada do poder. Na posse, aproveitavam para festejar o butim.

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA.

Em Brasília, o Palácio do Jaburu, residência oficial dos vice-presidentes da República, foi o ponto de encontro e conspiração preferencial das tramas “inicialmente silenciosas e depois protagonizadas à luz do dia” (ALMEIDA, 2016, p. 15) por políticos do PMDB, oposição e outros partidos que, embora oficialmente governistas, atuaram na deposição da presidenta Dilma. Jaburu, ave às vezes chamada também de Tuiuiú, é considerada típica do Pantanal brasileiro. Porém, diante do perfil dos políticos peemedebistas, acreditamos que a definição do Dicionário Aurélio para o termo jaburu seja mais pertinente para este trabalho: “indivíduo esquisito, feio, mal-amanhado”², mal-preparado.

Há muitos elementos a serem considerados na explicação do golpe de 2016. Em outro trabalho, discutimos de forma introdutória a crise do lulismo no governo Dilma Rousseff e o que chamamos de golpe parlamentar liderado pelo pemedebismo (GUILHERME, 2017). Sendo o PMDB o maior partido do país, que contava com o presidente da Câmara Eduardo Cunha, do senado Renan Calheiros e o vice-presidente Michel Temer, além de grande bancada no congresso e meia dúzia de ministros, acreditamos que seja necessário sistematizar e analisar os caminhos que o partido percorreu nos anos 2015 e 2016. Nosso objetivo é contribuir no incipiente debate acadêmico sobre o tema. Temos como hipótese que, junto com a oposição, setores do empresariado e a imprensa, o PMDB conspirou pela tomada do poder Executivo, independentemente da motivação de crime de responsabilidade fiscal ou não da presidenta Dilma.

A fonte principal deste trabalho, para sistematizar os caminhos do PMDB no processo golpista, é o jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão* ou *OESP*), notório conservador, com articulistas conservadores, representante do empresariado paulista e que, abertamente, apoiou qualquer solução que retirasse o PT do comando do poder Executivo³. Observamos as opiniões que o *Estadão* constrói sobre os fatos e, assim, temos o periódico não só como fonte, mas também objeto deste trabalho. Além disso, discutimos o golpe com os primeiros trabalhos já publicados sobre o tema.

Sabemos que nem sempre a exatidão e a independências dominam os conteúdos dos jornais e seus editoriais, porém é preciso reconhecer que, embora atue na fabricação da opinião pública, a imprensa é “produtora considerável de informações diversas, que

² <https://dicionariodoaurelio.com/jaburu>

³ Em editorial publicado no domingo de votação do segundo turno, o *Estadão* pedia um “voto pela reconciliação nacional”, para evitar a “perspectiva assustadora” que seria a manutenção do PT no poder. Aspas para o jornal: “Hoje, cada brasileiro tem a oportunidade de conter essa ameaça, votando no candidato que se propõe – e está credenciado para a tarefa – a reconciliar o Brasil consigo mesmo: Aécio Neves”. *OESP*, 26/10/2014, página A3. Ao longo do período analisado, os editoriais do jornal adjetivava Lula como o “chefão”, o PT como “facção” e os petistas como “tigrada”.

esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações” (BECKER, 2003, p. 196-197), sendo assim importante fonte para pesquisas no campo da nova História Política. Em trabalho recente, a historiadora Maria Helena Capelato (2014) defende o uso de fontes jornalísticas para as pesquisas em História do Tempo Presente.

Os caminhos dos jaburus no golpe de 2016:

Como citado acima, há uma série de elementos que se completam para explicar o processo golpista de 2016. Na seara político-partidária uma importante hipótese é a de que o impeachment contra Dilma Rousseff tenha sua gênese na não aceitação, por parte do PSDB, da derrota eleitoral. Aí se incluem Aécio Neves e outros caciques políticos da oposição. Quatro dias após o segundo turno, sob o argumento de que comentários nas redes sociais apontavam descrença às urnas eletrônicas, o PSDB ingressou no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o pedido de uma auditoria. Dias depois, o candidato derrotado prometia incansável, vigorosa e intransigente oposição à presidenta recém-eleita⁴. Para completar, em entrevista, Aécio disse ter sido derrotado por uma “organização criminosa”.

Em recente livro⁵, o jornalista e cientista político Rodrigo de Almeida é enfático na afirmação: “Ali estava a origem de um impeachment em busca de um motivo” (ALMEIDA, 2016, p. 25). Enquanto isso, Dilma Rousseff e petistas respondiam ser preciso “desmontar o palanque” eleitoral, evitar o “terceiro turno”, que os derrotados aceitassem o resultado das urnas e fizessem uma oposição responsável. Na semana pós-eleição, o senador Aloysio Nunes Ferreira, candidato derrotado a vice-presidente pelo partido, falou ao *Estadão* que “Dilma não tem direito a lua de mel” e que a oposição atuaria “sem transigência” e “trégua” à presidenta eleita⁶.

No Congresso, essa disposição do PSDB⁷ em fazer oposição sem trégua à Dilma Rousseff e a já ventilada busca de um motivo para o impeachment da presidenta, encontrou num PMDB rachado⁸ e com sanha pelo poder o aliado ideal. O consórcio tucano-

⁴ OESP, 31/10/2014, p. A8 e dia 01/11/2014, p. A4.

⁵ Rodrigo de Almeida foi secretário de imprensa da presidenta Dilma e acompanhou de dentro os bastidos da crise. Sua experiência e visão parcial dos fatos estão em um bom livro lançado no final de 2016.

⁶ OESP, 28/10/2014, p. H2 e H9.

⁷ “A busca por uma saída jurídica para destituir a presidente levou Aécio e o PSDB a defender estratégias diferentes, conforme a ocasião.” Primeiro uma ação no TSE para cassar a chapa vencedora, depois reuniu senador de oposição para “coordenar suas ações a respeito do pedido de impeachment de Dilma” (ALMEIDA, 2016, p. 28).

⁸ A convenção do PMDB que decidiu manter a chapa Dilma-Temer nas eleições de 2014 expôs o racha interno no partido. Dos presentes, 59,1% votaram pela aliança, enquanto 40,9% votaram pela neutralidade do partido. A ala oposicionista era

peemedebista, com a incorporação gradativa de partidos menores e a propaganda de setores da grande imprensa, acelerou a desestabilização política do novo governo, que já tinha dificuldade em se relacionar com o Congresso, e culminou no golpe parlamentar em 2016.

Apesar de fazer parte do governo federal e contar novamente com a vice-presidência na chapa, vários peemedebistas se colocavam publicamente como oposição na eleição de 2014. O candidato a governador de São Paulo e presidente da Fiesp, Paulo Skaf (PMDB), embora apadrinhado por Temer, fez fortes críticas ao PT e à Dilma ao longo da campanha. Muitas outras lideranças peemedebistas pelo país pediram voto para Aécio Neves⁹. Exemplo foi o ocorrido no Rio de Janeiro, por meio do movimento “Aezão”¹⁰, liderado por Jorge Picciani, presidente do PMDB carioca. Iniciada a campanha do segundo turno, os peemedebistas deputados Darcísio Perondi e Danilo Forte disseram ao *Estadão* que, além de preferir, iriam trabalhar pela vitória de Aécio Neves¹¹.

A suposta pauta progressista dos movimentos de rua de junho de 2013 resultou na eleição do Congresso mais conservador¹², no aumento dos deputados militares, religiosos, ruralistas e empresários e na diminuição dos parlamentares ligados a movimentos sociais e sindicatos¹³. Embora a coalisão de Dilma tenha eleito uma base parlamentar maior, a “avaliação de líderes ouvidos pelo ‘Estado’ é de que o alinhamento poderá mudar”¹⁴. Após o segundo turno, a formação de novo “Centrão” parlamentar, liderado pelo PMDB e Eduardo Cunha, para exigir mais cargos do governo, já era debatido publicamente¹⁵. Segundo Giovanni Alves, naquele momento “o espírito golpista encontrou o corpo político monstruoso da maioria política conduzida por Eduardo Cunha” (ALVES, 2016, p. 149).

Três dias após o segundo turno, Dilma Rousseff já sofria na Câmara os primeiros sinais de rebelião e insatisfação de parlamentares do PMDB. O partido, liderado por Eduardo Cunha e o presidente da casa, Henrique Eduardo Alves¹⁶, articulou com partidos de oposição,

liderada pelo deputado Eduardo Cunha e a crítica principal foi de que o PT tratava o PMDB como mero apêndice governista. Para aplacar os ânimos mas já demonstrando que o PMDB cobraria maior participação nas decisões, Michel Temer disse que entregaria a Dilma um programa de governo do PMDB. *OESP*, 11/06/2014, p. A6.

⁹ Embora formalmente tenha apoiado a chapa Dilma-Temer, o ex-senador e ex-presidente José Sarney (PMDB) foi flagrado pela TV Amapá votando no candidato Aécio Neves no segundo turno. *OESP*, 30/10/2014, p. A11.

¹⁰ Junção dos nomes Aécio e Pezão, este candidato a governador do Rio de Janeiro pelo PMDB.

¹¹ Segundo a matéria, pelo motivo de que “em seu primeiro mandato, a petista deu pouco espaço para os deputados do PMDB participarem do governo”. *OESP*, 08/10/2014, p. A8.

¹² Os partidos de esquerda (PT, PDT, PCdoB e PSOL) juntos elegeram apenas 104 deputados federais.

¹³ Conforme matéria do *Estadão* que ouviu o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, o número de ruralistas parlamentares aumentou 23%, de empresários aumentou 27% enquanto o de sindicalistas caiu 44%. Além disso, 28 partidos políticos elegeram parlamentares em 2014. *OESP*, 07/10/2014, p. H10.

¹⁴ *OESP*, 07/10/2014, p. H10.

¹⁵ *OESP*, 27/10/2014, p. H18.

¹⁶ Henrique Eduardo Alves (PMDB) creditou ao PT a sua derrota na eleição para governador do estado do Rio Grande do Norte após um vídeo que Lula apareceu pedindo votos ao candidato eleito Robinson Faria (PSD).

e outros da base governista (PSD, PR e PDT), a derrubada do decreto presidencial que criou novas instâncias de participação popular na política, uma das principais reivindicações dos movimentos de junho de 2013¹⁷. No dia seguinte, o editorial “Dilma começa perdendo”¹⁸ do *Estadão* é enfático:

“Trata-se do primeiro bote do principal partido da base aliada do Planalto para se impor ao PT no segundo mandato da governante petista [...]. Fica assim a presidente notificada de que, diferentemente do que ocorreu no quadriênio em vias de se encerrar, quando PT e PMDB tendiam mais a se entender do que a divergir em matérias de interesse do Planalto, a atitude da legenda do vice e dos titulares das duas Casas do Congresso será basicamente de confronto com o partido do poder. [...] O que o PMDB quer é assumir o comando da política nacional, abrindo-se a uma aliança tácita com a oposição”.

Essa aliança do PMDB com a oposição em busca da tomada do poder tem na eleição de Eduardo Cunha, a quem o *Estadão* sempre qualificou como “desafeto do Planalto”, para a presidência da Câmara dos Deputados em 2015, o seu passo fundamental. Pela primeira vez na história da República, os dois partidos que dividiam o governo federal se enfrentaram numa eleição legislativa: Arlindo Chinaglia (PT) e Eduardo Cunha (PMDB). Cunha era amplamente favorito por ter “viabilizado financiamento para uma centena de campanhas nas eleições passadas”, por negociar “habilmente cargos estratégicos na Mesa e nas comissões”¹⁹, além de percorrer todos os 27 estados brasileiros a bordo de um jatinho ao custo de quase R\$ 1 milhão de reais pagos pelo PMDB²⁰.

A articulista Dora Kramer aponta que o Planalto planejou reduzir a influência do PMDB no governo, retirar ministérios importantes do partido, substituindo-o por outros partidos menores²¹, porém o movimento foi percebido pelos peemedebistas que reagiram²². Eduardo Cunha²³ foi eleito no primeiro turno com 267 votos, Arlindo Chinaglia obteve 136 votos, Júlio Delgado (PSB) somou 100 votos e Chico Alencar (PSOL) ficou com 8 votos. É importante frisar que a soma dos votos de Cunha e Delgado foi de 367, exatamente o mesmo número de votos que, quatorze meses depois, abriria na mesma Câmara o processo de Impeachment contra Dilma Rousseff. No senado, foi reeleito Renan Calheiros (PMDB) com

¹⁷ OESP, 29/10/2014, p. A10.

¹⁸ OESP, 30/10/2014, p. A3.

¹⁹ Coluna de João Bosco Rabello: OESP, 01/02/2015, p. A12.

²⁰ OESP, 01/02/2015, p.A4.

²¹ “No início de seu segunda mandato, Dilma se encantou com um conselho de Mercadante: era preciso criar um novo bloco de apoio no Congresso. Encomendou a dois ministros [...] a costura de uma nova maioria congressual que não fosse tão dependente do PMDB. [...] Deu no que deu” (ALMEIDA, 2016: 85).

²² OESP, 01/02/2015, p.A6.

²³ Cunha contou com o apoio declarado do DEM, PSC, PRB, SDD, PTB, PP e PMDB; Chinaglia os apoios de PT, PDT, PCdoB, PSD, PROS e PR; Delgado com o PSB, PSDB, PPS e PV; Alencar tinha apoio apenas de seu próprio partido.

apoio do PT contra Luiz Henrique (PMDB) que recebeu apoio dos partidos de oposição. Para líder na Câmara, o PMDB escolheu o deputado carioca Leonardo Picciani, aliado de Cunha, filho do presidente estadual da legenda e que aderiu ao “Aezão” na campanha de 2014.

Tanto era perceptível o tamanho da derrota e o perigo que a eleição de Cunha e sua aproximação com a oposição representaram à presidenta Dilma Rousseff, que o articulista José Roberto de Toledo usou seu espaço no *Estadão* para dar a senha:

A eleição do novo presidente da Câmara dos Deputados virou manchete porque prenuncia um cenário de crise política para Dilma Rousseff (PT). Dizem os entendidos de Brasília que o sonho da oposição – o pedido de impeachment da presidente – teria atalhos sob a direção de Eduardo “Deus mostrou o caminho certo” Cunha (PMDB). Mas não se cassa um presidente sem pressão popular. E essa estrada passa longe de Brasília. Para continuar sonhando, a oposição precisa das condições socioeconômicas certas (ou erradas, dependendo do ponto de vista). Só assim teria chance de mobilizar a opinião pública. Inflação, desemprego e desabastecimento costumam ser o tripé que eleva os ânimos perto do ponto de ebulição. Na verdade, não são esses indicadores em si, mas a percepção do público sobre eles²⁴.

Com Eduardo Cunha à frente da Câmara, o impeachment em busca de um crime ou motivação social tinha mais possibilidade de prosperar. A oposição prometendo ser intransigente ao governo, um presidente da Câmara oposicionista que se esforçou para aprovar as pautas-bomba que aumentavam as despesas públicas e a atuação da imprensa na construção da narrativa de “maior crise da história” poderiam gerar as condições certas (ou erradas) que estimulariam a ebulição social.

Ao perceber o perigo iminente, por ter ficado sem cargos na Mesa Diretora, bem como o controle de comissões importantes da Casa, PT e Planalto trataram de buscar uma conciliação negociada com Eduardo Cunha. A moeda de troca, como de costume na república brasileira, foi o oferecimento de cargos de segundo escalão na máquina pública, diretorias de empresas estatais, ministérios e verbas na tentativa de acalmar a base aliada, em especial o PMDB, Cunha e seus aliados²⁵.

Logo no começo de março, após Dilma Rousseff efetivar o afastamento de Sérgio Machado, indicado do PMDB e apadrinhado de Renan Calheiros na Transpetro por ter sido citado em delação premiada na Operação Lava Jato, um jantar entre a presidenta e a cúpula do

²⁴ OESP, 02/02/2015, p.A6.

²⁵ OESP, 03/02/2015, p.A4 e dia 04/02/2015, p.A10.

PMDB para discutir a coalisão governista, não contou com a presença do presidente do Senado²⁶. Em reportagem do *Estadão*, um dia depois, com aplausos da oposição, Renan:

em crise com o Planalto após não ver interesses atendidos, como a manutenção de um indicado no comando da Transpetro e a falta de apoio financeiro ao governo de Alagoas, governado por seu filho [...] Renan determinou ontem a devolução da Medida Provisória 9. A retaliação ao governo também ocorre no momento em que Renan foi avisado de que seu nome está entre os futuros investigados da Operação Lava Jato²⁷.

Como se percebe, as críticas e retaliações do PMDB ao governo se deram essencialmente por dois motivos: manter/ampliar os cargos que o partido ocupa na máquina federal e o receio de ter peemedebistas e apadrinhados envolvidos nas investigações de corrupção na Petrobrás. Segundo o *OESP*²⁸, a cúpula do PMDB já havia sido avisada pelo vice Temer em jantar no Palácio do Jaburu, que diversos nomes do partido estariam na lista que a Procuradoria Geral da República (PGR) enviaria para investigação no Supremo Tribunal Federal (STF).

O procurador Rodrigo Janot da PGR pediu abertura de inquérito contra dezenas de parlamentares de vários partidos políticos²⁹. A cúpula do PMDB foi atingida com a inclusão de Eduardo Cunha, Renan Calheiros, Romero Jucá e Edison Lobão. Indignados, os peemedebistas “cobravam caro ao governo por não lhes dar a mão necessária para escapar das investigações” (ALMEIDA, 2016, p. 56). Assim, Renan e Cunha atribuíram ao Planalto a inclusão de seus nomes, como se a presidenta Dilma tivesse o poder de ordenar à PGR para onde escorreria a sangria das investigações. A reação do PMDB foi imediata no sentido de agravar a crise da coalisão governista e a relação do Executivo com o Legislativo “ajudando a desidratar as medidas do ajuste fiscal” (ALMEIDA, 2016, p. 56) proposto pelo governo. Geddel Vieira Lima disse que o partido precisaria rever sua relação com o governo: “nós temos de mirar 2018. Do jeito que está, vamos nos arrebentar”, enquanto Eduardo Cunha anunciou que se aliaria à oposição. Em meio a esse clima tenso, Cid Gomes (PROS), ministro da Educação, disse em evento que o Congresso “tem lá uns 400 deputados, 300 deputados que, quanto pior, melhor para eles. Eles querem é que o governo esteja frágil porque é a forma de eles achacarem mais”³⁰.

²⁶ *OESP*, 03/03/2015, p.A6.

²⁷ *OESP*, 04/03/2015, p.A5.

²⁸ *OESP*, 04/03/2015, p.A4.

²⁹ Ao todo, foram 32 do PP, 07 do PMDB, 06 do PT, 01 do PSDB e 01 do PTB.

³⁰ *OESP*, 05/03/2015, p. A4 e A8.

A articulista Eliane Cantanhêde não deixou de alertar para os perigos que o PMDB representaria ao governo federal nesse contexto de crise institucional:

O PMDB de hoje no governo Dilma está mais ou menos como o PTB de ontem no governo Lula, às vésperas do mensalão. Com a diferença de que o PMDB é o PMDB: ocupa a Vice-Presidência da República, é o maior partido do Congresso e tem as presidências da Câmara e do Senado, o maior número de governos estaduais e milhares de prefeituras [...] O PMDB tem verbas e cargos, mas quer mais [...] Os tucanos estão dando gargalhadas, porque o PMDB é o fiel da balança e a regra é essa: quanto mais fraco os governos ficam, mais fortes e afoitos se tornam os aliados³¹.

Nas entrelinhas, o golpismo peemedebista parece comemorado pelos articulistas do *Estado*. É possível observar que as movimentações de dissidência do PMDB sempre resultam na aproximação do partido ao PSDB e demais setores da oposição, afinal, para ambos, o mal maior é sempre o PT e suas políticas sociais que têm garantido reeleições presidenciais aos petistas.

A declaração de Cid Gomes sobre o acharque parlamentar contra Dilma fez com que os deputados o convocassem para prestar esclarecimentos. Falando ao plenário cheio, o ministro manteve a palavra, disse que os deputados governistas que votam contra o governo são oportunistas e que deveriam ir para a oposição ou então largar os cargos que seus apadrinhados ocupavam na esfera federal. Apontando o dedo para um indiferente Eduardo Cunha que presidia a sessão, Gomes disse que Dilma era pressionada por desejar acabar com a corrupção “que boa parte dos partidos quer manter”. A reação do plenário foi em defesa de Cunha, e Cid Gomes acabou demitido do Ministério, em mais uma tentativa de acalmar a base aliada na Câmara e o PMDB³².

Uma matéria do *Estado* ao final de março nos permite observar melhor o nível da rebelião peemedebista na Câmara. Liderada por Picciani, Cunha e Geddel, a bancada do partido atuou pelo adiamento da apreciação do “pacote anticorrupção”³³ enviado pelo Planalto. Aspas para o experiente Jarbas Vasconcelos: “Nos últimos dez anos a história do partido é de agregar ao poder pelo poder. Quando o barco começa a fazer água, grande parte começa a sair”³⁴.

³¹ OESP, 06/03/2015, p. A7.

³² OESP, 19/03/2015, p. A4.

³³ A proposta de Lei apresentada pelo governo federal previa a criminalização do caixa 2 de campanha, do enriquecimento ilícito e exigência de Ficha Limpa para cargos comissionados, por exemplo.

³⁴ OESP, 20/03/2015, p. A6.

E Dilma capitulou. No começo de abril, na tentativa de acalmar o PMDB, a presidenta convidou Eliseu Padilha para assumir a articulação política do governo com o Legislativo³⁵, que recusou. Quem assumiu a função foi o vice, Michel Temer, também presidente do partido. Sob elogios de todas as alas do PMDB, Dilma entregou a Temer a missão de dialogar com o Congresso, negociar cargos, votações de interesse governista e, em especial, o ajuste fiscal³⁶. Em editorial o *Estadão* avaliou que Dilma entrou numa enrascada ainda maior, pois se em algum momento afastar Temer da articulação política “seria talvez o pretexto que muitos peemedebistas aguardam para colocar o partido finalmente na oposição”³⁷. O senador Aécio Neves disse que o fato se configuraria como uma “renúncia branca” de Dilma.

Em nossa avaliação, o fato de ampliar o contato diário de Temer e aliados com os parlamentares, se configurou como de grande importância na compreensão do golpe parlamentar liderado pelo PMDB contra Dilma, afinal “Temer e Padilha são profissionais do ramo, conforme a história mostrou” (ALMEIDA, 2016, p. 57). Dilma entregou a articulação política ao vice-presidente da república que não apenas pertence, como também preside o partido que mais problemas vinha causando ao governo. “É um risco que Dilma jamais poderia correr [...] O partido que mais fustiga o Planalto tem agora a articulação política do governo, as presidências da Câmara e do Senado. Fechou o cerco”³⁸.

Quando os parlamentares voltaram do recesso de julho, Eduardo Cunha, já publicamente rompido com o Planalto, pôs em marcha o processo de impeachment da presidenta Dilma. Logo no começo de agosto o presidente da Câmara, com apoio de parlamentares do PMDB, PSDB, SDD, DEM, PP, PR e PSD, manobrou para excluir o PT de cargos em CPIs e votar em turno único a análise das contas dos ex-presidentes que dormiam há anos nas gavetas do Legislativo, abrindo assim caminho para acelerar um futuro processo de impedimento da presidenta por supostas irregularidades nas contas públicas. Cunha acharcou o governo, embora tenha negado publicamente suas escusas intenções, e o PSDB buscou “dosar o grau de proximidade” com o peemedebista³⁹.

No dia seguinte, Michel Temer disse a jornalistas que “é preciso que alguém tenha a capacidade de reunificar” e evitar uma “crise desagradável para o país”. De duas uma: ou

³⁵ Até então o PMDB já era titular de sete ministérios: Minas e Energia, Turismo, Aviação Civil, Agricultura, Assuntos Estratégicos, Pesca e Portos.

³⁶ “As condições de aprovação de medidas necessárias ao conserto da situação [econômica] no Congresso eram adversas, o ambiente político parecia longe de permitir alguma discussão mais profunda sobre o que fazer a partir dali” (ALMEIDA, 2016, p. 51).

³⁷ OESP, 09/04/2015, p. A3.

³⁸ OESP, 10/04/2015, p. A8.

³⁹ OESP, 05/08/2015, p. A4 e A5.

Temer falhou na articulação política e não foi capaz de reunificar o Executivo com o Legislativo ou, então, ele mesmo se colocou como alternativa para reunificar o país, sem Dilma e o PT⁴⁰. Na mesma noite, líderes do PSDB e PMDB fizeram um animado jantar para “avaliar os prós e contras de impeachment”⁴¹.

A intensificação da conspiração fez Dilma sinalizar com mais uma reforma ministerial⁴², na vã esperança de conter o processo já visivelmente em marcha. Tanto foi assim, que um dia após a declaração de Temer, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, homenageou o vice-presidente em evento oficial do governo paulista e rasgou elogios ao peemedebista: “Michel Temer tem a grandeza dos grandes homens, que defendem o interesse público e o bem comum”⁴³. Também a Fiesp e a Firjan manifestaram apoio a Temer⁴⁴. O clima de conchavos não escapou à ironia e torcida dos articulistas do *Estadão*: “Como a trama não pode parecer chantagem, os personagens se alternam nos papéis” escreveu José Roberto de Toledo, enquanto Cantanhêde: “esse alguém [capaz de reunificar o país] pode muito bem, até pela lógica da Constituição, ser o vice. Enquanto Temer falava em tom de estadista, um desavisado poderia ironizar: só falta pôr a faixa presidencial” e reconhece que PMDB e PSDB já discutem “o ‘dayafter’ de um eventual afastamento de Dilma, seja porque motivo for, seja de que forma for [...] resumo da ópera: o PMDB já pulou fora do barco do PT”⁴⁵.

O “pular fora do barco” petista teve mais um capítulo ao final de agosto quando Michel Temer deixou⁴⁶ a articulação política do governo, sob elogios de Cunha, apesar do pedido de Rui Falcão, presidente do PT, para que permanecesse na função. “Oficialmente, o vice vai agora se dedicar à ‘macropolítica’ e aos ‘grandes temas’ estratégicos” e não “o ‘varejo’ da articulação política”, segundo noticiou o *Estadão*⁴⁷. O jornal, na busca de qualquer solução que resultasse no afastamento do PT do poder, aproveitou a oportunidade para atizar, em editorial⁴⁸, que a atitude de Temer, pressionado por peemedebistas como Eduardo Cunha,

⁴⁰ OESP, 06/08/2015, p. A8.

⁴¹ Segundo noticiou o jornal, participaram do jantar na casa do senador Tasso Jereissati (PSDB), os tucanos Aécio Neves, José Serra, Aloysio Nunes e os peemedebistas Renan Calheiros, Romero Jucá e Eunício Oliveira. Conspiravam. OESP, 06/08/2015, p. A7.

⁴² Ao fim, a coalisão governista ficou formada por ao todo nove partidos: PT, PMDB, PTB, PR, PSD, PDT, PCdoB, PRB e PP.

⁴³ OESP, 07/08/2015, p. A4.

⁴⁴ As duas federações das indústrias publicaram manifesto de página inteira (A5) no *Estadão* em 07/08/2015. Paulo Skaf, presidente da Fiesp é filiado ao PMDB e apadrinhado político de Michel Temer.

⁴⁵ OESP, 06/08/2015, p. A6 e dia 07/08/2015, p. A6.

⁴⁶ Publicamente, a principal queixa de Temer era de sentir-se sabotado na articulação política, pois os cargos e verbas por ele negociadas com os parlamentares, não eram efetivadas pelo ministro da Casa Civil Aloísio Mercadante (PT).

⁴⁷ OESP, 25/08/2015, p. A6.

⁴⁸ No dia 27/10/2015 o *Estadão* publicou em seu “espaço aberto” artigo do senador José Serra em defesa da queda do governo e o editorial do mesmo dia pede abertamente o impeachment de Dilma para “resolver uma parte do problema” na crise brasileira. OESP, p. A2 e A3.

“sinaliza sim, um primeiro passo em direção ao rompimento”⁴⁹. Na primeira reunião do novo articulador político⁵⁰ com PP, PTB e parte do PMDB, partidos supostamente aliados, a reclamação é uníssona: “distribuição de cargos federais nos estados, redutos eleitorais dos parlamentares”⁵¹.

No final de outubro, Eduardo Cunha tinha contra ele um processo no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados por quebra de decoro parlamentar ao mentir sobre contas bancárias escondidas na Suíça e enrolar-se na explicação sobre a origem do dinheiro lá depositado. Além de manobrar diversas vezes para adiar seu julgamento pelo Conselho, seja manipulando deputados aliados, seja por meio de recursos regimentais, Cunha também aumentou as ameaças de abrir processo de impeachment contra Dilma Rousseff, caso os deputados do PT no Conselho não votassem a favor dele. De posse de um parecer favorável da assessoria jurídica da Câmara, Cunha prometia para novembro uma decisão sobre o pedido de impeachment protocolado pelos advogados Miguel Reale Júnior, Janaina Paschoal e Hélio Bicudo⁵².

Nesse contexto, em evento com críticas à política econômica de Dilma Rousseff, o PMDB lançou, com a presença de Michel Temer, o “Uma ponte para o Futuro”⁵³, seu programa econômico neoliberal que incorporou as propostas tucanas derrotadas nas urnas. Nas palavras do *Estadão*: “defende que na área trabalhista, as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais”, que se “elimine a indexação de qualquer benefício ao valor do salário mínimo”, estabelece um “limite para despesas e custeio inferior ao crescimento do PIB”, na previdência, no que diz respeito às aposentadorias, uma “idade mínima que não seja inferior aos 65 anos para os homens e 60 para as mulheres”⁵⁴.

Um congresso do partido realizado em Brasília em meados de novembro, supostamente para debater o “Ponte”, serviu como palanque de críticas à Dilma Rousseff. Nele ecoaram pedidos de impeachment e gritos de “Brasil, pra frente, Temer presidente”, ao que Michel respondeu, com um sorriso de canto de lábios que “por enquanto não, obrigado. Vamos esperar 2018”. Cerca de vinte militantes do Movimento Brasil Livre (MBL) que

⁴⁹ OESP, 26/08/2015, p. A3

⁵⁰ Na edição de 25/08/2015 à página A5 o *Estadão* publica um gráfico sobre a fidelidade dos partidos da base governista em votações de interesse do Planalto na Câmara. O PT votou fielmente com o governo em 93% dos casos, o PCdoB em 83%, o PRB em 76%, o PR em 74%, o PDT em 67%, o PMDB em apenas 66% das vezes, o PSD em 65%, o PTB em 59% e o PP foi o partido mais infiel com apenas 53% de fidelidade ao governo nas votações.

⁵¹ OESP, 27/08/2015, p. A10.

⁵² OESP, 29/10/2015, p. A4 e dia 30/10/2015, p. A6.

⁵³ A proposta econômica neoliberal foi escrita por Delfim Netto (Ministro da Fazenda nos anos de Ditadura) e Marcos Lisboa, por encomenda do Instituto Ulysses Guimarães e supervisão de Moreira Franco, presidente do Instituto peemedebista.

⁵⁴ OESP, 30/10/2015, p. A5.

acampavam em frente ao Congresso pedindo o impeachment da presidenta participaram do congresso, nem filiados ao PMDB eram. Empunhando bonecos infláveis contra Dilma e faixas como “Dilma, mãe do petrolão”, “Temer, vista a faixa já”, os integrantes do MBL puxavam o coro de “rompe, PMDB”.

O congresso mostrou o PMDB como ele é: rachado. Nenhum dos seis governadores do partido compareceu. A maioria dos deputados liderados por Leonardo Picciani também não apareceu, uma vez que havia negociado recentemente o aumento de cargos na esfera federal. Três ministros se ausentaram. No congresso estava apenas a ala controlada por Temer e Eduardo Cunha, o maior defensor do rompimento do PMDB com o Planalto. Ao fim, oficialmente, o PMDB não rompeu com o governo Dilma e adiou a decisão sobre o tema para março do ano seguinte, porém, na prática, era visível que Temer e o partido davam mais um passo no plano de destituir a presidenta. Publicamente, as falas eram sobre propostas peemedebistas para a retomada do crescimento econômico no país, em especial o “Ponte” que, nas palavras do jornal, pressupunham “o fim dos gastos mínimos previstos na Constituição para despesas com saúde e educação” e seriam antagônicas às defendidas pelo PT e o Planalto⁵⁵. Em editorial, embora parecesse decepcionado com o não rompimento, o *Estadão* reconhece que o PMDB permanecia “confortavelmente instalado no governo e à espera da melhor oportunidade para assumir o papel político a que se considera destinado”⁵⁶.

Com a prisão de Delcídio Amaral (PT), líder do governo no senado, a crise política se intensificou nos últimos dias de novembro. Como resposta, apesar de “não esconder a mágoa com Temer, por avaliar que o vice se movimentou” para se apresentar como alternativa de poder em caso de impeachment, a presidenta ainda buscava se reaproximar do PMDB. Entretanto, segundo o *Estadão*, Eduardo Cunha deixava claro o seu acharque à Dilma: “ele não definirá o impeachment até que saia o resultado sobre o seguimento ou não de seu processo por quebra de decoro no Conselho de Ética que pode culminar na cassação do mandato”. A decisão sobre abrir ou não o processo de impeachment contra a presidenta “será usado como instrumento de pressão” para que os três deputados petistas no Conselho votassem a favor de Cunha⁵⁷. A resposta do deputado Paulo Teixeira (PT) foi enfática: “Não vamos aceitar esse jogo. Princípios são inegociáveis”.

Em 30 de novembro, após almoçar com Michel Temer no Palácio do Jaburu, onde se queixou de que o Planalto teria armado a denúncia contra ele na PGR, Eduardo Cunha voltou

⁵⁵ OESP, 18/11/2015, p. A4.

⁵⁶ OESP, 19/11/2015, p. A3.

⁵⁷ OESP, 30/11/2015, p. A5 e A8.

a chantagear a presidenta Dilma. Segundo o *Estadão*: “se os petistas atenderem ao pedido de Cunha, ele já informou a interlocutores da presidente que segura o impeachment”⁵⁸. Outro motivo de irritação de Cunha com a presidenta foi o veto dado por Dilma a uma emenda de Cunha que beneficiaria o banqueiro André Esteves e provocaria um rombo de R\$ 40 bilhões aos cofres públicos. Até mesmo Cantanhêde reconhece a existência da “chantagem de Cunha, que pôs uma faca no pescoço de Dilma”⁵⁹.

No dia 2 de dezembro, conforme cronologia publicada pelo *Estadão*, por volta do meio-dia, o PT anunciou que seus deputados no Conselho de Ética votariam a favor da abertura de processo de cassação contra Cunha. Às 14h, “irritado, Cunha diz a aliados que iria decidir sobre o pedido de impeachment” e se tranca em seu gabinete na Câmara, onde conversa por telefone com Michel Temer, Renan Calheiros e líderes da oposição. Pouco depois das 18h, Cunha anuncia que acolheu a abertura de impeachment contra Dilma Rousseff por “pedaladas fiscais”⁶⁰. Naquele dia, ainda, “Temer recebeu em almoço no Palácio do Jaburu caciques do PSDB e do DEM. O anfitrião prometeu um ‘governo de união nacional’ em caso de impeachment” (ALMEIDA, 2016, p. 111).

Horas depois, rodeada de diversos ministros, a presidenta se diz indignada, qualificou o pedido de improcedente, inconsistente e sem fundamento jurídico: “não existe nenhum ato ilícito praticado por mim, não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo contas no exterior [...] nunca tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meus interesses”. Como o diagnóstico petista era de que o PMDB havia dado sinal verde a Cunha para encaminhar a tomada de poder pelo partido, a narrativa de golpe parlamentar ganhou força e proporção, tanto que Aécio Neves apressou-se em dizer que “nós apoiamos a proposta do impeachment, isso não é golpe”. Porém, o próprio *Estadão* reconheceu que “o impeachment foi a principal bandeira da oposição ao longo deste ano”. Já o articulista José Roberto de Toledo escreveu que as eleições de 2014, uma vez que “os derrotados não aceitaram a derrota”, será concluída em 2016⁶¹.

Fato é que, após o aceite de Eduardo Cunha, a ala oposicionista do PMDB e Michel Temer aceleraram as reuniões e articulações políticas em favor do impeachment. Assistia-se à uma aberta campanha eleitoral pelos votos dos deputados e senadores. De um lado PMDB, Temer, Cunha, PSDB, DEM, MBL, a maior parte do empresariado, especialmente a Fiesp e a

⁵⁸ OESP, 01/12/2015, p. A6.

⁵⁹ OESP, 02/12/2015, p. A5 e A8.

⁶⁰ OESP, 03/12/2015, p. A4 e A5.

⁶¹ OESP, 03/12/2015, p. A4, A6 e A7.

grande mídia brasileira, construindo e propagando a narrativa de que “pedaladas fiscais” são motivos suficientes para o impeachment e que o afastamento de Dilma seria necessário para o país sair da crise econômica⁶² e combater a corrupção; de outro, o PT, Dilma, partidos de esquerda e movimentos sociais denunciando que um impeachment sem crime de responsabilidade seria golpe, que a crise econômica era mundial, sendo preciso respeitar o resultado das urnas, sob pena de lançar o país numa espiral de instabilidade institucional. Uma hipótese era a de que haveria mais um capítulo do eterno embate: “Direita x Esquerda” e, uma vez que são de direita a maior parte dos parlamentares, mesmo da base aliada ao governo, o desfecho já era previsível.

Após Cunha “lançar mão do valioso trunfo com que vinha hipocritamente chantageando o governo”⁶³, o início de dezembro foi de intensas e importantes movimentações diárias no xadrez do impeachment. Assim que soube do aceite, Temer se reuniu com Renan e Jucá para traçar a melhor estratégia e José Serra (PSDB) declarou-se esperançoso que Michel Temer assumisse e fizesse um governo “de união nacional”. Em reunião ministerial, sem a presença de Temer, o Planalto sinalizou pelo desejo de julgamento rápido, enquanto a oposição preferia um rito moroso, que desse tempo de mobilizar parte da opinião pública em favor do impeachment, desgastar Dilma e aliciar mais votos no Congresso⁶⁴.

Aliado político de Michel Temer, o ministro Eliseu Padilha (PMDB), que já carregava o descontentamento de não ter conseguido emplacar um aliado na Anac, inaugurou a debandada peemedebista do governo. O ex-ministro Geddel, outro aliado de Temer, pressionava para que mais integrantes do partido fizessem o mesmo. O *Estadão* publicou que o Planalto viu na saída de Padilha “as ‘digitais’ de Temer”, o que fez crescer “o sentimento de que Temer atua nos bastidores em parceria com Cunha”. Um dia depois, o PSDB uniu-se em “apoio a Temer”⁶⁵.

Embora a presidenta Dilma afirmasse esperar “integral confiança” e lealdade de Michel Temer, fato foi que o Planalto passou a monitorar os passos do vice-presidente, enquanto Padilha e Moreira Franco já atuavam na articulação de apoio parlamentar ao impeachment. O ex-ministro Ciro Gomes (PDT) foi incisivo em dizer que “o senhor Michel

⁶² “Não há economia que resista a maciços ataques de catastrofismo. Tanto a mídia brasileira gritou (...) que as coisas efetivamente se complicaram [...] a imprensa sempre exibiu dificuldade de enxergar o mundo em convulsão. O problema era o Brasil, apenas o Brasil. O mal estava no governo Dilma, somente no governo Dilma. Esse vento contra foi arrasador em 2015” (ALMEIDA, 2016, p. 55).

⁶³ Em editorial, o *Estadão* vê “uma luz no fim do túnel”. *OESP*, 04/12/2015, p. A3.

⁶⁴ *OESP*, 04/12/2015, p. A4 e A12.

⁶⁵ *OESP*, 05/12/2015, p. A4 e A10 e dia 06/12/2015, p. A4.

Temer é o capitão do golpe”⁶⁶. Tanto o era que, no dia seguinte, em evento com empresários paulistas, Temer “se apresenta como ‘ponte’ para o País voltar a crescer” e dizendo ver “lastro jurídico” no pedido de impeachment. Sentindo-se em palanque eleitoral atrás de financiamento empresarial, Michel Temer defendeu as propostas econômicas do PMDB: “É uma ponte para já. Temos que pensar nisso imediatamente [...] Precisamos reunificar o país”. Enquanto Temer se apresentava como candidato pronto para assumir o poder, internamente, no PMDB, Padilha liderava o grupo pró-impeachment, enquanto Leonardo Picciani declarava querer que “o PMDB chegue à Presidência da República, mas pelo voto e não tirando a presidente do cargo”. A declaração irritou muitos peemedebistas e o presidente do partido. Michel Temer atuou pela destituição de Picciani da liderança do PMDB na Câmara⁶⁷.

Aquele concorrido mês de dezembro ainda fecharia com um episódio surreal: numa carta enviada⁶⁸ à presidenta, o vice Michel Temer mostra-se ressentido, magoado, um “vice decorativo”⁶⁹ que perdera “todo o protagonismo político”. O PMDB passou, então, a propagar a tese de que não tem responsabilidades pelo mau governo que participa, pois, na prática, ele não participa. No dia seguinte, uma tumultuada sessão da Câmara, cheia de manobras regimentais operadas por Eduardo Cunha, criou a Comissão Especial, em que deputados oposicionistas pró-impeachment formaram a maioria. O Planalto reclamou, enquanto Temer mostrou-se no jogo ao receber aliados no Palácio do Jaburu e a defender Cunha por conduzir a “normalidade democrática extraordinária” da Câmara⁷⁰.

Na carta à Dilma, o “vice decorativo” disse o que todo meio político sempre soube: “sei que a senhora não tem confiança em mim e no PMDB, hoje, e não terá amanhã”. Cada um à sua forma, as análises convergiam para a mesma conclusão: Temer deixou de se movimentar apenas nos bastidores e atuaria publicamente pela derrubada de Dilma. Eliane Cantanhêde, escreveu que a “guerra do impeachment mudou de patamar”; José Roberto de Toledo, que Temer “age como futuro ex-vice há pelo menos três meses”. Esperançoso, Aécio Neves disse que a carta representava o afastamento definitivo de Temer do governo, enquanto Marina Silva (REDE) foi mais crítica: “não é uma ruptura que se oficializa, porque na prática ela vem há muito tempo, pelo visto. Está narrada na carta do próprio vice-presidente”⁷¹. “Para

⁶⁶ OESP, 07/12/2015, p. A7 e A8.

⁶⁷ OESP, 08/12/2015, p. A4 e A6.

⁶⁸ Segundo Rodrigo de Almeida, “nem jornalistas, nem assessores do Palácio do Planalto, nem aliados do vice-presidente sabem até hoje ao certo qual dos dois lados vazou primeiro e o que exatamente cada um deles vazou” (2016, p. 130).

⁶⁹ O deputado Leonardo Piccini ironizou: “Se ele se julgava um vice decorativo nos quatro primeiros anos, por que depois conduziu o partido, mesmo rachado, a permanecer na aliança?” (ALMEIDA, 2016, p. 131).

⁷⁰ OESP, 09/12/2015, p. A4 e A6 e dia 10/12/2015, p. A5.

⁷¹ OESP, 09/12/2015, p. A7 e A8 e dia 10/12/2015, p. A6.

Dilma, a máscara do conspirador começava ali a ser retirada [...] depois da carta, a desconfiança avançava três páginas [...] Temer se pintou para a guerra, tornou-se o principal estímulo ao impeachment” (ALMEIDA, 2016, p. 132) ao lado de Eduardo Cunha⁷².

Os primeiros meses⁷³ de 2016 foram de intensas mobilizações e discussões nos bastidores do poder⁷⁴. A cada dia que passava a impressão era de que o cerco parlamentar se fechava contra Dilma. A grande imprensa ululante propagava a narrativa de que impeachment não era golpe e que só a saída do PT levaria à “união nacional”, o fim da corrupção e a superação da crise econômica e política. Nas ruas e nas redes sociais “coxinhas” com camisetas amarelas da CBF pelo #ForaDilma e “petralhas” pintados de vermelho do #NãoVaiTerGolpe mediam forças. Na narrativa midiática, eram os “patrióticos homens de bem” contra os “pagos militantes bolivarianos”.

Embora tenha terminado sem um rompimento formal, a convenção nacional do PMDB realizada em 12 de março foi recheada de falas críticas ao governo de Dilma Rousseff. Em discurso, Michel Temer chamou de “gravíssima” a crise política e econômica que o país atravessava. Um observador desavisado poderia ter a falsa impressão de que aquela convenção contava com históricos políticos de oposição e não de políticos que há décadas são governistas. O PMDB criticava o governo do qual era vice-presidente e ocupava seis ministérios. O partido anunciou para breve o lançamento da “Agenda Temer”, uma junção das propostas neoliberais do “Uma ponte para o futuro” com pitadas na área social. Gritos de “Brasil pra frente, Temer presidente”, adesivos de “Fora Dilma” e “saída já” da base governista completaram o figurino peemedebista de oposição⁷⁵.

Conforme se aproximava os dias de votações na Comissão Especial do impeachment e no plenário da Câmara, o PMDB movia suas peças no xadrez político e arrastava com ele outros partidos da base governista. Em reunião na casa do presidente do Senado, os caciques peemedebistas Michel Temer, Eunício Oliveira e Renan Calheiros acordaram que o partido deixasse o governo e atuasse para afastar a presidenta Dilma. Segundo o *Estadão*⁷⁶, Temer

⁷² No dia 16/12 o Procurador Rodrigo Janot ingressou no STF com um pedido de afastamento de Eduardo Cunha da presidência da Câmara. Janot listou 11 fatos que comprovariam que Cunha se utilizava do cargo de presidente da Câmara para constranger e intimidar outros parlamentares. Um dia antes a Operação Lava Jato havia apreendido documentos em escritórios ligados ao peemedebista.

⁷³ Uma charge da cartunista Nadia Khuzina publicada na capa na edição nº112 de janeiro/2016 da revista Piauí, onde Eduardo Cunha e Michel Temer se atracam num cinematográfico beijo na boca, de língua, e Cunha cola em Temer o adesivo de “fora Dillma”, revela o clima de pública promiscuidade golpista dentro do PMDB.

⁷⁴ Em jantar na casa do senador Tasso Jereissati e com a presença dos peemedebistas Renan, Jucá e Eunício, “o PSDB fechou questão com o PMDB: preferia impeachment via Congresso, e não o TSE para tirar Dilma” (ALMEIDA, 2016, p. 28).

⁷⁵ OESP, 13/03/2016, p. A7.

⁷⁶ Na edição de 29/03/2016, o *Estadão* publicou um anúncio pago que ocupou cerca de 40% de cinco páginas (A6, A7, A8, A9 e A10). Nas duas primeiras a frase “impeachment já” em letras garrafais. Na seguinte, o manifesto: “somos milhões de

teria avisado o ex-presidente Lula de que “era direito dele fazer isso, mas observou que a situação só havia chegado a esse ponto por culpa da própria Dilma”⁷⁷. No dia seguinte, 29 de março, com gritos de “fora PT” e reunião de cinco minutos, a Executiva Nacional, por aclamação, oficializou a saída do PMDB e determinou que todos os filiados do partido saíssem dos mais de seiscentos cargos e funções ocupadas no governo federal. O então ministro Henrique Eduardo Alves foi o primeiro a sair, porém, os outros ministros Celso Pansera, Mauro Lopes, Eduardo Braga, Helder Barbalho e Kátia Abreu resistiram em deixar os cargos. Dos 68 deputados federais do PMDB, a expectativa era de que ao menos 60 deles votariam a favor do impeachment. Era pública e polêmica a posição de Leonardo Piccini, líder do partido na Câmara que não via razões jurídicas para o impeachment⁷⁸.

A primeira avaliação⁷⁹ geral era que, ao formalizar a saída do governo, o PMDB sinalizava a outros partidos políticos, em especial ao PP e PSD, para fazer o mesmo, pois seriam recompensados no futuro governo Temer. Em duro discurso no Planalto, a presidenta Dilma disse estar sendo vítima de um golpe parlamentar travestido de impeachment constitucional, pois faltaria ao processo a qualificação de crime de responsabilidade, enquanto a plateia gritava que Temer é “golpista”. Nas redes sociais petistas ironizavam para que Temer renunciasse ao posto de vice-presidente, já que a determinação era que peemedebistas deveriam deixar o governo. Enquanto isso, Eduardo Cunha seguia manobrando e o Conselho de Ética da Câmara ainda não havia sequer conseguido votar o parecer do relator sobre abertura de cassação do deputado e a futura agenda econômica já dividia o PMDB⁸⁰.

Conforme se aproximava⁸¹ o dia da votação na Câmara, o mês de abril foi tenso e intenso nos bastidores políticos de Brasília. Nos editoriais, o *Estadão* assumia a firme posição

empregos e bilhões de reais em impostos. Representamos família, homens, mulheres, jovens. Vemos que o país está à deriva. A hora da mudança é agora. Dizer sim ao impeachment, dentro dos parâmetros constitucionais, é dizer não ao descontrole econômico, ao descaso com as empresas, com o emprego e, principalmente, com você. Chega de pagar o pato. O Brasil tem jeito.” Assinam o manifesto 136 entidades patronais ligadas à engenharia, indústria, agropecuária, comércio, transportes, serviços, com destaque para a Fiesp e Firjan, além dos movimentos Endireita Brasil e MBL. No dia seguinte, à página A6 o *Estadão* noticia que a Fiesp fixou no gramado do Congresso Nacional um pato de borracha medindo 20 metros de altura e outros 5 mil patinhos em miniatura.

⁷⁷ OESP, 29/03/2016, p. A4.

⁷⁸ OESP, 30/03/2016, p. A4 e dia 31/03/2016, p. A4.

⁷⁹ Em coluna intitulada “casamento mal-arranjado” o articulista José Roberto de Toledo relembra um fato de 2007 que bem ilustra a forma de atuação do PMDB: “o governo Lula se comprometeu a patrocinar a entrada da Venezuela no Mercosul. Mas a ratificação do acordo empacou na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. O PMDB aproveitou para barganhar: trocou a entrada na Venezuela no bloco econômico pela nomeação de Jorge Luiz Zelada para a Diretoria Internacional da Petrobrás. Oito anos depois, Zelada seria condenado a 12 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro enquanto exercia o cargo”. OESP, 31/03/2016, p. A6.

⁸⁰ OESP, 30/03/2016, p. A4, A5, A6 e A7 e dia 31/03/2016, p. A4, A6 e A9.

⁸¹ Várias manifestações de rua ocorreram no Brasil daqueles dias. De um lado, vestidos de amarelo e tendo as portas da sede da Fiesp, manifestantes pediam o “Fora Dilma” e via-se muitas faixas com os dizeres de “somos todos Cunha”. De outro lado, vestidos de vermelho, manifestantes contrários ao impeachment de Dilma também defendiam o “Fora Cunha”, já à época com comprovadas contras secretas na Suíça.

de que “impeachment é o melhor caminho”⁸², propagava a narrativa de que Dilma era “inábil e inepta”, se deslegitimou “por decisão da maioria absoluta dos brasileiros”, que sem a sua saída “difícilmente o País sairá da crise que o consome”⁸³ e que, para maior ojeriza do jornal, a continuidade da petista implicaria “inevitavelmente o fortalecimento político de Luiz Inácio Lula da Silva”⁸⁴. Além disso, outro editorial repercute em tom comemorativo⁸⁵ a propaganda paga de dias antes: “A paciência acabou. As principais associações empresariais do país exigem publicamente”⁸⁶ a saída de Dilma.

Enquanto a presidenta buscava sem sucesso recompor a base governista com os partidos médios e pequenos (PP, PSD, PROS, PL, PRB) os peemedebistas pareciam não se entender. O senador Valdir Raupp, que integra a direção nacional do partido, propôs nova eleição presidencial, pois, segundo ele, Temer ao telefone lhe disse: “não quero ser presidente numa situação dessas porque [...] isso não vai acabar bem”. O senador Renan Calheiros também declarou apoio à medida. Aparentemente, já picado pela mosca azul, Temer ironizou os aliados e disse que a Constituição previa o impeachment e a posse do vice. Geddel Vieira Lima, outro aliado de Temer e primeiro secretário do PMDB, declarou que buscaria a expulsão da ministra Kátia Abreu por ela ser declaradamente contra o impeachment. Após reunião no Palácio do Jaburu, ficou definido pela cúpula do partido que o senador Romero Jucá assumiria a presidência do PMDB para “preservar Temer”, responder as críticas dos petistas e apaziguar os ânimos no partido⁸⁷.

Às vésperas do deputado Jovair Arantes⁸⁸ (PTB) apresentar seu relatório à Comissão Especial do Impeachment, presidida por Rogério Rosso (PSD), ambos aliados de Eduardo Cunha, uma liminar do ministro Marco Aurélio Mello do STF colocou mais lenha na fogueira política. Determinou ele que a Câmara abrisse processo de impeachment também contra

⁸² OESP, 07/04/2016, p. A3.

⁸³ O *Estadão* busca construir a narrativa de que Dilma não tem capacidade para governar e que a crise política e econômica deve-se exclusivamente à sua inaptidão. No mesmo sentido, o jornal propaga a tese de que a saída da presidenta é um desejo da maioria da população, embora ela tenha vencido a disputa eleitoral meses antes. O mais intrigante é que, quando Michel Temer no posto de presidente também contava com crise econômica e as pesquisas de opinião mostravam descontentamento do povo ante seu governo, o jornal não pediu a sua saída, ao contrário, defendeu-o em seus editoriais.

⁸⁴ OESP, 05/03/2016, p. A3.

⁸⁵ Nos primeiros dias do mês, dois textos de opinião publicados no jornal merecem destaque pela construção de uma narrativa pró-impeachment e anti-PT: o filósofo conservador e direitista Denis Rosenfield diz que só o impeachment tira o Brasil do caos e o reunifica (OESP, 04/04/2016, p. A2); o general da reserva Luiz Paiva parece ainda viver nos idos de 1964. Segundo ele, Lula e o PT implantaram “a estratégia gramsciana do Foro de São Paulo para transformar nossa democracia num regime socialista” o que levou o país à degradação “moral, política e econômica” (OESP 05/04/2016, p. A2).

⁸⁶ OESP, 04/04/2016, p. A3.

⁸⁷ OESP, 05/04/2016, p. A4 e A5, dia 06/04/2016, p. A5 e A6, dia 07/04/2016, p. A7.

⁸⁸ Num box, o *Estadão* traça o histórico de Jovair Arantes: “começou na política partidária em 1988, ao eleger-se vereador pelo PMDB, Jovair ajudou a fundar o PSDB e depois migrou para o PTB”. Às vésperas de apresentar o relatório, “recusou-se a antecipar qual será seu voto, mas afirmou que impeachment não pode ser considerado golpe”. OESP, 06/04/2016, p. A10. O parecer favorável a abertura do processo de impeachment foi apresentado no dia 06 de abril.

Michel Temer, uma vez que o vice, quando no exercício da presidência, assinou decretos de abertura de crédito suplementar no orçamento, idênticos aos que sustentavam o pedido contra Dilma Rousseff por crime de responsabilidade. Questionado sobre eventual recurso da Câmara, Marco Aurélio disse ser “impensável que não se observe uma decisão do Supremo”.

A mesa diretora da Câmara, comandada por Eduardo Cunha, descumpriu a ordem judicial, não abriu processo contra Temer e recorreu da decisão sob o argumento de que “os decretos foram assinados por Temer quando substituíu a presidente Dilma Rousseff e apenas para dar seguimento a uma orientação dela”. Ou seja, segundo a Câmara, na condição de vice decorativo, Michel Temer cometeu crime de responsabilidade apenas porque Dilma mandou. Cunha qualificou como absurda a decisão do Supremo e Temer “pensou que teria que ‘voltar ao primeiro ano da faculdade de Direito para reaprender’”⁸⁹ em ironia ao membro da mais alta Corte de Justiça do país.

Horas antes de a Comissão Especial da Câmara votar⁹⁰ o parecer de Jovair Arantes, segunda-feira (11/04), Michel Temer deixou vaziar “acidentalmente” um áudio de seu primeiro “pronunciamento à nação” de quase quinze minutos que, nas palavras do *Estadão*, “dá como certo que a Câmara aprovará [...] a abertura de processo de afastamento da petista”. No áudio, Temer faz claro discurso eleitoral com o propósito de angariar votos de deputados indecisos na Comissão e na votação final do Plenário. Como num pronunciamento oficial a políticos, empresários e até movimento sociais, fez promessas para o seu futuro governo⁹¹.

Embora em editorial do dia seguinte o *Estadão* defenda Temer no caso do áudio vazado, os articulistas do jornal escreveram análises mais sóbrias. Cantanhêde, preocupada com possíveis repercussões negativas a Temer e positivas a Dilma, disse que o fato “é um vexame e um erro grave”, pois o vice “vem dando mostras de que está inebriado pela perspectiva de assumir o poder”. Dora Kramer enfatizou que “não houve queda alguma de máscara, uma vez que não havia mascarados”, já que o jogo do impeachment “ocorre à frente de todos e o espetáculo não é bonito de ver”. Além disso, a articulista ironiza o argumento peemedebista que a divulgação foi acidental⁹².

⁸⁹ OESP, 05/04/2016, p. A4, dia 06/04/2016, p. A4 e dia 07/04/2016, p. A7.

⁹⁰ Por 38 votos a favor e 27 contra, a Comissão aprovou abertura de processo de impeachment contra a presidenta Dilma. Encaminharam voto a favor os partidos PSDB, PSB, DEM, PRB, PTB, SD, PSC, PPS, PV e PMB, encaminharam contra os partidos PT, PR, PSD, PDT, PTN, PCdoB, PSOL, REDE, PTdoB e PEN, liberaram a bancada os partidos PMDB, PP, PHS e PROS. Apesar dos encaminhamentos, vários deputados do PR e PSD votaram a favor. O PMDB, embora tenha liberado sua bancada, teve a maioria de deputados a favor do impeachment, porém, Leonardo Picciani atacou a oposição por “não ter resignação de aceitar o resultado das urnas”. OESP, 12/04/2016, p.A5.

⁹¹ OESP, 12/04/2016, p.A4.

⁹² OESP, 12/04/2016, p.A6 e dia 13/04/2016, p.A3 e A6.

Enquanto PP e PRB anunciavam publicamente que deixavam a base do governo, e que dariam, portanto, votos a favor do impeachment em Plenário, a reação ao áudio de Temer continuava. O deputado Silvio Costa (PTdoB) em plenário disse que Temer “trama um golpe [...] sempre foi um grande dissimulado. Ele e Eduardo Cunha se merecem [...] isso aqui é um golpe, uma afronta, uma pouca vergonha”. No mesmo sentido, a presidenta foi dura: “conspiram abertamente, à luz do dia [...] leiloam posições no gabinete do golpe, no governo dos sem votos”. Embora sem citações nominais, ela disse o “gesto revela a traição a mim”. O ministro Ricardo Berzoini (PT) foi mais enfático: “ele está confundindo a apuração de eventual crime de responsabilidade da presidente com eleição indireta”. Em contrapartida, o *Estadão* publicou uma entrevista exclusiva de Cantanhêde com Temer. Em meio a tantas “risadas”, o conspirador repetiu o mantra de estar preparado para cumprir um dever constitucional e aberto ao diálogo com todos os setores da sociedade⁹³.

Ao longo de toda aquela semana de abril, que fecharia com a votação do parecer no Plenário da Câmara⁹⁴, embora os observadores mais atentos já dessem como favas contadas a derrota de Dilma, o Palácio do Jaburu “virou ponto de romaria política”, com representantes dos partidos de oposição (PSDB, DEM) e ex-governistas (PP, PRB, PTB, PSD, PSC e PR) oferecendo votos a Temer em troca de cargos, espaços e verbas no futuro governo. O clima era de eleição indireta e não de julgamento por crime de responsabilidade. Um eufórico José Priante (PMDB) disse que “teve até congestionamento para entrar, uma loucura. Parecia que tinham combinado para fazer um comício lá”. Embora os neoaliados de Temer estivessem interessados no butim pós-impeachment e o peemedebista já montando o futuro ministério, naquela semana os discursos públicos eram de que não havia negociações. Se não um comício, houve no Jaburu culto promovido pela bancada evangélica, com a participação de vários deputados do PSC e PRB para pedir “que Deus possa ajudar Temer a tirar o Brasil do buraco”, segundo o deputado Leonardo Quintão (PMDB)⁹⁵.

Enquanto PTB e PSD também anunciavam o desembarque da nau petista e o PP já cobrava mais espaço no governo Temer, os setores empresariais (CNI, CNT e CNA) firmavam posição pró-impeachment⁹⁶. Internamente, o PMDB já pressionava o presidente do

⁹³ OESP, 12/04/2016, p. A4 e A6 e dia 13/04/2016, p.A3, A6 e A7.

⁹⁴ O deputado Carlos Manato (SD), corregedor da Câmara que tem por função zelar pelo decoro parlamentar, era o arrecadador do dinheiro do “bolão do impeachment” onde deputados apostavam qual seria o placar final da votação de domingo. A coordenação da “brincadeira” foi posteriormente assumida por Paulinho da Força (SD). OESP, 14/04/2016, p. A10. Não houve vencedor no bolão que recebeu 51 apostas e os organizadores divulgaram que o valor arrecadado de R\$ 5.100,00 seria doado para uma instituição de caridade.

⁹⁵ OESP, 14/04/2016, p. A10, dia 15/04/2016, p.A4, dia 16/04/201, p. A6.

⁹⁶ OESP, 14/04/2016, p. A6 e A10.

Senado Renan Calheiros a acelerar o rito para afastamento da presidenta. As manobras de Eduardo Cunha seguiam impedindo o Conselho de Ética a votar sua quebra de decoro parlamentar e novas provas de suas constas no exterior eram divulgadas⁹⁷.

José Roberto de Toledo já apontava para a operação de salvação aberta em Brasília: partidos que eram da base dilmista, agora, tentavam convencer Eliseu Padilha, o articulador do novo governo, de que sempre foram temeristas; no TSE, Gilmar Mendes era um aliado em potencial para separar as contas de campanha de Dilma e de Temer e evitar a cassação do peemedebista; no Congresso, dezenas de parlamentares envolvidos em corrupção viam em Eduardo Cunha o timoneiro da operação abafa à Lava Jato. Cantanhêde escrevia sobre as dificuldades que Temer teria em conciliar os interesses dos políticos que “sentem o cheiro do poder” e que dariam ao futuro presidente uma enorme “base aliada jamais vista”⁹⁸.

O fato de o processo de golpe contra Dilma Rousseff ser liderado por políticos acusados de corrupção, passava ao largo do debate da grande imprensa brasileira. Mesmo o já defenestrado à época, Eduardo Cunha, ainda presidia a Câmara e era peça fundamental na condução do impeachment. Para amenizar a atuação seletiva, o *Estadão* repercutiu em pequena matéria o que o jornal estadunidense *The New York Times* avaliou sobre o caso: “que o processo [...] é liderado por políticos que enfrentam uma série de acusações como corrupção, fraude eleitoral e até abusos de direitos humanos. ‘O que revela a hipocrisia entre os líderes brasileiros’” e que Dilma “não enfrenta acusação de corrupção”⁹⁹. A imprensa internacional lançava dúvidas sobre a lisura do impeachment e o termo “golpe” aparecia em muitas publicações no exterior.

O clima de disputa eleitoral¹⁰⁰ naquele domingo (17/04) podia ser observado nas entrelinhas do *Estadão*. Na reportagem “G-8 do impeachment teve reuniões durante 1 ano”¹⁰¹, em página inteira, o jornal contava os bastidores, o “cérebro da conspiração” ou o “estado-maior informal do impeachment, reuniões onde se preparava o cardápio do que iria ser servido”, disse Raul Jungmann (PPS). Na casa do deputado Heráclito Fortes (PSB), regado à culinária nordestina e vinhos importados, reunia-se quinzenalmente uma série de políticos

⁹⁷ OESP, 14/04/2016, p. A5, dia 15/04/2016, p. A5 e A8 e dia 16/04/2016, p. A14.

⁹⁸ OESP, 14/04/2016, p. A6 e dia 15/04/2016, p. A6.

⁹⁹ OESP, 16/04/2016, p. A5.

¹⁰⁰ Nesta mesma semana, o Movimento Brasil Livre (MBL) alugou uma casa em Brasília e ali instalou mais de 50 pessoas que atuaram diariamente nos corredores do Congresso, abordando parlamentares para que votassem a favor do impeachment. Números de celulares dos parlamentares foram conseguidos pelo grupo, que não cansava de enviar mensagens no mesmo sentido. No domingo da votação, o QG do grupo funcionou no gabinete da liderança do DEM na Câmara. OESP, 17/04/2016, p. A8.

¹⁰¹ OESP, 17/04/2016, p. A12.

fixos¹⁰² e outros convidados rotativos¹⁰³ para “muita conversa e pouco vazamento”, vangloriou-se Mendonça Filho (DEM). Michel Temer chegou a participar de dois destes encontros. Pauderney Avelino (PSDB) aproveitou o clima de já ganhou na Câmara para ironizar: “O Heráclito é meu socialista predileto. O grupo que ele montou foi muito importante no momento em que estávamos num turbilhão e sem uma direção certa. Foi lá que o impeachment foi tomando corpo”.

Como boa conhecedora dos bastidores de Brasília, Dora Kramer escreveu sobre o “jogo de profissionais” no qual o PMDB é um “adversário frio e experiente” pronto para esperar o “PT ‘na esquina’ e, na oportunidade certa”, valer-se dos erros petistas. No jogo que os peemedebistas são craques, Eduardo Cunha ocupava a posição de meia-armador, cujas investidas contra o governo chegavam ao ápice naquele dia. Nas palavras do próprio *Estadão*: “maltratou o quanto pôde a gestão Dilma. Pautas-bomba, críticas contundentes, esforço para separar PT e PMDB. [...] Reuniões dia e noite aconteciam diariamente na residência oficial da Câmara, quartel-general” do impeachment. Apesar da importância de Cunha para o time do PMDB, as denúncias de corrupção que se acumularam contra ele ao longo dos meses deixavam a certeza de que Temer, nas palavras de Cantanhêde, teria a “obrigação de se livrar de Eduardo Cunha na primeira hora. É do jogo e o próprio Cunha, um jogador, sabe que é assim”¹⁰⁴.

No Palácio do Jaburu, junto a Eliseu Padilha, Henrique Alves e outros aliados, um sorridente Michel Temer acompanhou pela televisão a votação no Plenário da Câmara onde deputados, antes de declarar o voto, saudavam suas famílias, seus deuses e até o torturador de Dilma nos tempos da Ditadura. Resultado: 367 a favor do impeachment, 137 contra e 9 abstenções¹⁰⁵. Após a confirmação, Temer ofereceu no Jaburu um coquetel mais reservado, enquanto Heráclito Fortes servia pizza e vinho para mais de cinquenta parlamentares¹⁰⁶. Em tom comemorativo, o *Estadão* trouxe um histórico da vida política de Temer que “se preparou para o poder”¹⁰⁷.

¹⁰² Jarbas Vasconcelos (PMDB), José Carlos Aleluia (DEM), Raul Jungmann (PPS), Marcos Pestana (PSDB), Tadeu Alencar (PSB), Rubens Bueno (PPS), Mendonça Filho (DEM).

¹⁰³ Dentre os vários nomes constantes na reportagem, destacamos: Nelson Jobim, ex-ministro do STF, Armínio Fraga, ex-ministro da fazenda, Benito Gama (PTB), José Carlos Aleluia (DEM), Rodrigo Maia (DEM), Pauderney Avelino (PSDB), Julio Lopes (PP) e Carlos Marum (PMDB).

¹⁰⁴ OESP, 17/04/2016, p. A6, A7 e A8.

¹⁰⁵ Como indicado acima, quando da eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados, a soma dos votos de Cunha e Júlio Delgado (PSB) foi de 367, exatamente o mesmo número de votos no Plenário da mesma Câmara a favor do processo de Impeachment, o que demonstra que a articulação PMDB-oposição-centrão manteve-se firme e fiel ao longo de treze meses.

¹⁰⁶ OESP, 18/04/2016, p. A6 e dia 19/04/2016, p. A5 e A9.

¹⁰⁷ OESP, 18/04/2016, p. A22.

Enquanto as atenções se voltavam para a etapa seguinte, no Senado duas questões dominavam a cena política ao redor de Temer. Embora fundamental para o impeachment, Eduardo Cunha já era um peso morto a ser descartado, muito por conta das provas de corrupção que se acumulavam contra ele, que só se sustentava por morosidade do STF que desde dezembro ainda não havia julgado o pedido da PGR de afastá-lo da presidência do Legislativo. Sabedor de sua importância no golpe e do risco iminente que corria, Cunha e deputados a ele aliados passaram a pressionar Temer para “cumprir compromissos firmados para a aprovação do impeachment”, uma vez que “Cunha e Temer atuaram juntos nas estratégias”¹⁰⁸.

Outra alta dívida que pressionariam Michel Temer a pagar seria com os deputados do “Centrão”¹⁰⁹, grupo de partidos médios que eram dilmistas, mas atuaram na queda da presidenta. O preço seria o de sempre no presidencialismo de coalisão brasileiro: ministérios, cargos e verbas federais. Sabedor de seu peso político, o PSDB também negociava posições favoráveis no futuro governo, sempre de olho em tentar garantir a condução da economia¹¹⁰.

Uma vez que Eduardo Cunha já havia completado sua função no processo golpista, descartá-lo foi fácil. Michel Temer, que era pressionado por Cunha para nomear o novo chefe da Receita Federal¹¹¹ do futuro governo, nem precisou se indispor com seu companheiro de conspiração. Em 5 de maio, por decisão unânime, o STF afastou o deputado da presidência da Câmara e do mandato parlamentar. Livrar-se do corrupto que capitaneou o golpe travestido de impeachment “veio em boa hora para o vice Michel Temer” pois agora não precisaria mais “responder de manhã, à tarde e à noite sobre qual influência que Eduardo Cunha terá no seu governo”, escreveu Cantanhêde. No editorial “a impunidade de Cunha chega ao fim” o leitor desavisado do jornal ficaria com a falsa impressão de que a Família Mesquita sempre criticara as chantagens que Cunha fez à Dilma¹¹².

Fazendo coro às críticas de Eduardo Cunha, o “PCC – Partido da Corja do Cunha”, na definição do deputado Silvio Costa (PTdoB), não deixou de reagir contra o que chamou de intromissão do Judiciário em questões internas do Legislativo, bem como atribuiu a decisão do Supremo à “perseguição política do PT”. Eduardo Cunha se transformou em possível

¹⁰⁸ OESP, 19/04/2016, p. A12 e dia 20/04/2016, p. A6.

¹⁰⁹ PP, PR, PTB, PSB e outros partidos que embora não fossem do “Centrão” também cobravam partes no butim, como SD, PRB, PSC.

¹¹⁰ OESP, 19/04/2016, p. A5 e A6 e dia 20/04/2016, p. A7.

¹¹¹ Conforme o *Estadão* reportou: “o órgão é de extrema importância para colher informações sobre empresas dentro e fora do país. Inclusive para monitorar operações que podem resultar em investigações” como a Lava Jato e a Zelotes. OESP, 05/05/2016, p. A5

¹¹² OESP, 06/05/2016, p. A3, A4 e A6.

“homem-bomba” pois “sempre deixou claro que não cairia sozinho”. Após reunião¹¹³ no Palácio do Jaburu, onde “está todo mundo assustado”, lideranças golpistas, com o apoio de Temer, emitiram uma nota contra a decisão do STF, assinada por líderes de seis partidos¹¹⁴. Waldir Maranhão (PP), vice-presidente da Câmara, assumiu interinamente o comando da Casa, enquanto aliados de Cunha articulavam pela sua renúncia e convocação de nova eleição interna. Maranhão havia votado contra a abertura de impeachment¹¹⁵.

Já no Senado, e em meio à *selfies* de políticos de oposição com o relator Antonio Anastasia (PSDB), apadrinhado político de Aécio Neves, foi apresentado o parecer favorável ao afastamento de Dilma¹¹⁶. No PMDB, uma reunião serviu para selar a união definitiva entre Renan e Temer, porém, o cacique José Sarney foi acionado para “diminuir a tensão na bancada de senadores” do partido, ressentida por ver o protagonismo do futuro governo peemedebista nas mãos de deputados¹¹⁷. Em sessão, só finalizada na madrugada do dia 12 de maio, o plenário do Senado abriu processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff e a afastou do exercício da presidência da república até a votação final. A partir dali, um jogo de cartas marcadas se arrastaria até o dia 31 de agosto, com a cassação definitiva do mandato da presidenta.

Considerações finais

“Nunca foi fácil conviver com o PMDB [...] sempre que um presidente achou que poderia engolir o PMDB foi triturado” (ALMEIDA, 2016, p. 92). Um ano antes da eleição de 2010, o historiador Luiz Felipe de Alencastro já alertava que a chapa Dilma-Temer poderia “transformar a ocupante do Alvorada em refém do morador do Palácio do Jaburu”, pois “a aliança PT-PMDB pode se tornar desastrosa num governo em que Michel Temer venha a ocupar o cargo de vice-presidente” (ALENCASTRO, 2016, p. 21). O pacto político herdado por Dilma Rousseff (PT), em que todos os políticos queriam aderir ao pemedebismo de distribuição de cargos e verbas federais, não poderia ser plenamente mantido numa conjuntura de crise econômica.

¹¹³ Participaram da reunião, além dos deputados que assinaram a nota, Michel Temer, Eliseu Padilha e Geddel Vieira Lima.

¹¹⁴ Paulinho da Força (SD); Leonardo Picciani (PMDB); Aelton Freitas (PR); André Moura (PSC); Renata Abreu (PTN) e Jovair Arantes (PTB).

¹¹⁵ OESP, 06/05/2016, p. A7, A8 e A10.

¹¹⁶ OESP, 05/05/2016, p. A8.

¹¹⁷ OESP, 12/05/201, p. A4 e A11.

Nesse ambiente de excesso de adesão política, Dilma travou uma queda de braço com o meio político: “Dilma se colocou como representante do ‘povão’ dentro do sistema político pemedebista. Ela conseguiu surgir, no início de seu governo, *também* como representante do antipemedebismo no coração do sistema político pemedebizado. [...] Dilma mobilizou e canalizou a seu favor a legítima ojeriza da sociedade à desfaçatez do sistema político. Como se ela própria não dependesse do pemedebismo que combateria ‘de dentro’ para governar. Com isso projetou primeiramente uma imagem de uma presidente que ‘não se mistura à baixaria’, que se mantém ‘a salvo da contaminação’ (NOBRE, 2013, p. 139).

É possível observar que, ao menos, desde a eleição de 2014, uma parte significativa do PMDB não queria reeditar a chapa com Dilma Rousseff e, já que a candidatura própria foi inviabilizada, optaram em apoiar Aécio Neves. Sabiam os pemedebistas e os analistas políticos que, independentemente de quem ganhasse as eleições daquele ano, o PMDB continuaria sendo governo, tendo ministérios, cargos e verbas, afinal, o PSDB não desdenharia o apoio do maior partido do país. Ao longo de 2015, liderados por Eduardo Cunha, um “verdadeiro conspirador à direita, por dentro do aparato institucional da democracia” (AB’SABER, 2015, p. 53) e comparável a Carlos Lacerda no pré-64, cresceu internamente o número de adeptos da tese de que o partido deveria se afastar do PT e buscar alianças políticas com vistas às eleições de 2018. Segundo Rodrigo de Almeida, “a derrubada da presidente foi forjada aos poucos, mas de maneira crescente e inquietante” (ALMEIDA, 2016, p. 115).

A complexa e excepcional conjuntura do momento possibilitou aos pemedebistas a tomada do poder via golpe parlamentar travestido de impeachment constitucional e, para isso, contou com apoios irrestritos do grande empresariado, do mercado financeiro, partidos de oposição, partidos médios e pequenos fisiológicos, que não se envergonharam de simplesmente remar conforme a maré, e o apoio fundamental da grande imprensa brasileira, que propagou a narrativa de que tudo foi legítimo e pelo bem na nação, arrastando multidões às ruas pelo impeachment. Em 2013, Marcos Nobre já alertava que “o pemedebismo pode aceitar certo atraso ou mesmo um parcelamento no pagamento de sua parte no butim. Mas nunca perdoa uma dívida” (NOBRE, 2013, p. 140). Observamos a permanência “na sociedade brasileira daquilo que podemos denominar de ‘pulsão histórica do golpismo’ que caracteriza, de modo particular, a miséria política secular do capitalismo brasileiro” (ALVES, 2016, p. 151).

Dos 23 nomeados por Temer, 19 eram ou foram parlamentares¹¹⁸, muitos até estiveram ao lado de Dilma durante o processo golpista, indicando que Temer pagou a conta do golpe loteando a Esplanada entre políticos e partidos que o apoiaram. Três deles, do núcleo duro do governo e todos peemedebistas já eram alvos da Operação Lava Jato e ganharam foro privilegiado. Doze ministros tiveram, como financiadores de suas campanhas eleitorais, empresas envolvidas na Lava Jato. Tais fatos também indicam que moralizar o governo federal não era o objetivo da tomada de poder¹¹⁹. Formou-se um governo de moralistas sem moral.

Os primeiros pronunciamentos dos novos governantes já davam o tom neoliberal, tão agradável ao mercado financeiro. “A ordem é privatizar ou conceder tudo o que for possível à iniciativa privada” disse Maurício Lessa (PR), novo ministro dos Transportes; na Fazenda, Henrique Meirelles era o “favorito do mercado”; no Banco Central assumiu Ilan Goldfajn, um executivo do Banco Itaú; enquanto em editorial o *Estadão* cobrava a redução do Estado, cortes no orçamento da União, reforma da previdência e trabalhista¹²⁰. Saliente-se que tudo isso já fazia parte do “Uma ponte para o futuro” lançado pelo PMDB no ano anterior.

Logo nos primeiros dias de governo, há a divulgação de uma conversa¹²¹ em que o novo ministro Romero Jucá, então presidente do PMDB, diz a Sérgio Machado que “porque o Michel é Cunha”, “a solução mais fácil era botar o Michel” no lugar da Dilma num grande acordo “com o Supremo, com tudo”, “mudar o governo para poder estancar a sangria” das investigações da Lava Jato que já atingiam peemedebistas. Segundo Ruy Braga, a presidenta Dilma foi golpeada não pelo que “concedeu aos setores populares, mas por aquilo que ela não foi capaz de entregar aos empresários: um ajuste fiscal ainda mais radical” (BRAGA, 2016, p. 60).

Enfim, tendo por foco apenas o PMDB e por fonte um periódico da grande imprensa brasileira, este artigo historicizou e apontou os fortes indícios de conspiração golpista parlamentar do grupo político liderado por Michel Temer e Eduardo Cunha. Como dito na introdução, há diversos outros fatores que devem ser considerados e somados para a

¹¹⁸ Destacamos: Eliseu Padilha (PMDB), Alexandre de Moraes (PSDB), Raul Julgmann (PPS), José Serra (PSDB), Henrique Meirelles (PSD), Blairo Maggi (PP), Mendonça Filho (DEM), Ricardo Barros (PP), Romero Jucá (PMDB), Gilberto Kassab (PSD), Sarney Filho (PV), Leonardo Picciani (PMDB), Henrique Alves (PMDB), Helder Barbalho (PMDB), Geddel Vieira Lima (PMDB), Fernando Coelho Filho (PSB), Maurício Quintella (PR), Ronaldo Nogueira (PTB), Marcos Pereira (PRB), Bruno Araújo (PSDB) e Osmar Terra (PMDB).

¹¹⁹ OESP, 13/05/2016, p. A8, dia 14/05/201, p. A3 e dia 15/05/2017, p. A7.

¹²⁰ OESP, 12/05/2016, p. A21 e A22 e dia 13/05/2016, p. A4.

¹²¹ Sérgio Machado gravou as conversas com caciques do PMDB em março de 2016, algumas semanas antes da votação do impeachment na Câmara. Machado era investigado na Operação Lava Jato por ser o operador do partido no esquema de corrupção na Petrobrás, onde trabalhava antes de ser exonerado por Dilma Rousseff, para irritação dos peemedebistas.

explicação completa do golpe de 2016. Este texto introdutório auxilia nas pesquisas que ora se iniciam.

Referências Bibliográficas

AB'SABER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Os riscos do vice-presidencialismo. In: MATTOS, Hebe et al (org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

ALMEIDA, Rodrigo. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.

ALVES, Giovanni. A pulsão golpista da miséria política brasileira. In: PRONER, Carol et al (org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: REMOND, René (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: JINKINGS et al (org.). **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise**. São Paulo: Boitempo, 2016.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes Ferreira (orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GUILHERME, Cássio Augusto. **De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do pemedebismo**. Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: SINGER, André et al (org.). **Por que gritamos golpe?**. São Paulo: Boitempo, 2016.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.